

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT01.046

O PAPEL DA PRÁTICA DOCENTE NA FACILITAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES SURDOS ATRAVÉS DA LITERATURA

Vera Lucia Oliveira dos Santos¹

Celiana Lima da Silva²

Luinaldo da Silva Soares³

Deuzimar Costa Serra⁴

RESUMO

Este artigo analisa o papel da prática docente na facilitação da aprendizagem de estudantes surdos através da literatura, a fim de compreender o impacto da literatura na formação linguística e cultural dos estudantes surdos. Considerando as especificidades linguísticas e culturais desse grupo, a literatura pode desempenhar um papel fundamental na promoção da inclusão e no desenvolvimento de habilidades linguísticas e cognitivas. O estudo tem como base uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico, baseado na leitura de livros, artigos e documentos oficiais. A temática é relevante, uma vez que apresenta uma discussão sobre a construção de diferentes debates sobre o papel da literatura na constituição do sujeito surdo enquanto cidadão. Dessa forma, torna-se pertinente a relevância de uma educa-

1 Mestranda do curso de Mestrado Profissionalizante em Educação Inclusiva-PROFEI / 3ª Turma; Campus da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. E-mail: vlosantosjjj@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0716587966400098>;

2 Mestranda do curso de Mestrado Profissionalizante em Educação Inclusiva-PROFEI / 3ª Turma; Campus da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA E-mail: celianalima26@hormail.com. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6728040407943167>;

3 Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI / 3ª Turma; Campus da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; E-mail: luinaldos@hotmail.com. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8280460664951221>;

4 Orientadora: Doutora em Educação pela UFC. Atualmente é professora Adjunto IV do Campus UEMA Codó; Professora do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI) da UEMA. deuzimarserra@professor.uema.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9349562924350573>.



ção inclusiva, conforme as legislações e os documentos oficiais que asseguram o direito à educação para todos, sem distinção de características individuais. Além disso, a pesquisa apresenta uma proposta cujo objetivo é destacar as contribuições da prática docente, fornecendo subsídios e recursos adequados para assegurar o protagonismo do estudante surdo. Os resultados destacaram a importância da formação adequada de professores para lidar com a diversidade linguística e cultural dos estudantes surdos. A literatura foi identificada como uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento da língua de sinais, ampliação do vocabulário e promoção da identidade surda desses estudantes. Assim sendo, a discussão abordou os desafios e estratégias para superar barreiras comunicativas e promover um ambiente de aprendizagem acessível e estimulante para todos os estudantes surdos. Enfim, este diálogo destaca a importância de uma abordagem inclusiva, por meio da prática docente e o potencial transformador da literatura no processo de ensino e aprendizagem de estudantes surdos. Além de, apontar a necessidade de investimento em formação continuada de professores e de desenvolvimento de materiais didáticos adequados para atender às necessidades específicas desse público.

Palavras-chave: Estudante Surdo, Formação, Inclusão, Literatura, Prática Docente.

INTRODUÇÃO

O artigo cogita discutir sobre a temática o papel da prática docente na facilitação da aprendizagem de estudantes surdos através da literatura. Diante da abordagem pretende-se pensar como ocorre o processo educacional de estudantes surdos, além de fazer menção sobre a contribuição significativa do professor, pois a partir de práticas bem planejadas e dedicação envoltas em uma formação nos moldes de uma pedagogia libertadora, pode-se visualizar resultados surpreendentes.

As colocações apresentadas na pesquisa estão em consonância com a compreensão do letramento literário a partir da dimensão prática entre educação e literatura. Partindo desse pressuposto, pode-se dizer que o letramento literário corresponde a uma ferramenta utilizada de grande relevância na ampliação do repertório de aprendizagens significativa de cada aprendente.

A pesquisa tem por objetivo apresentar um breve relato sobre a surdez, políticas educacionais, a história da educação de surdos e o bilinguismo ao longo dos anos. Além de fazer uma reflexão sobre o papel do professor frente ao ensino de aluno surdo mediado pela literatura. Bem como, apresentar a contribuição da literatura para o desenvolvimento de alunos surdos por meio do letramento literário, e ainda, pontuar recursos facilitadores e os desafios da implementação da literatura no processo ensino-aprendizagem de pessoas surdas no ambiente escolar.

Para fundamentar o trabalho, buscou-se em artigos publicados em revista, periódicos, trabalho acadêmico, livros e plataformas discursos que corroborassem com a discussão instaurada. Para tanto, foi importante consultar na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), documento normativo do currículo nacional, sobre como deve ocorrer a formação do leitor e as habilidades nas quais o aluno deve dominar a partir de um patamar de leitor-fruidor. Além disso, buscou-se o trecho no qual a lei cita sobre o campo artístico-literário na modalidade do ensino médio, por entender que essa etapa se configura na última etapa da educação básica e, portanto, deve corresponder às expectativas nas aspirações pregadas pelos documentos oficiais.

Em se tratando de educação de surdos na atualidade, é imperioso que os conceitos sejam revistos, reavaliados, tendo em vista os documentos, leis e decretos. Contudo, já datam mais de duas décadas onde ocorreu a promulgação da Lei da Libras, que representa no cenário brasileiro como a segunda

língua oficial, sendo assim a língua natural do surdo brasileiro. Esta, por sua vez, tem a função em parceria com o decreto de n.º 5. 626/2005, oferecer uma aprendizagem para o sujeito surdo, por meio da promoção da comunicação e da informação de pessoas com surdez, bem como garantir os direitos linguísticos do surdo atrelado ao seu processo educacional mediado pela Libras, sendo a sua língua oficial.

O artigo é composto por um título que delimita o tema, um resumo que apresenta as ideias de forma sintética e uma introdução, que, por sua vez, visa elucidar os objetivos, sob uma perspectiva teórica do texto, além de apresentar a estrutura organizacional do texto. Além disso, o texto apresenta o referencial teórico, este tem a função de evidenciar os detalhes escolhidos para as abordagens com o intuito de levar a uma reflexão sobre a temática. E por fim, as considerações finais, cuja prioridade é responder aos questionamentos ao longo do texto por meio das leituras e de outras pesquisas consultadas.

METODOLOGIA

A metodologia de uma pesquisa científica é um processo que se desenvolve de forma sistemática, seguindo um caminho bem delimitado, visando melhorar, detalhar e refutar dados e outras informações que possam ser comprovadas. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p.14), “Pesquisar é buscar ou procurar uma resposta para uma questão.” Dessa forma, a pesquisa visa encontrar respostas que não foram alcançadas na fase inicial, mas são percebidas conforme se avança através das leituras e vivências em cada fase.

De acordo com Marconi e Lakatos (2021), a pesquisa é uma fonte de energia para a educação, uma vez que a atualiza em relação à realidade do mundo. Sendo assim, apesar de ser uma atividade teórica, a pesquisa estabelece uma ligação entre o pensamento e a ação. Em outras palavras, não é viável conceber um problema intelectual sem que ele seja, antes de tudo, um problema prático. De acordo com Magalhães Junior e Batista (2023), a metodologia qualitativa em diversos campos científicos, como educação e ensino de ciências, é uma escolha prática, e não ideológica, assim como qualquer outra opção metodológica.

Assim, a investigação é dividida em qualitativa e bibliográfica, já que se cogita qualificar os resultados por meio da teoria e conceitos de inclusão presentes na prática docente para incentivar o aprendizado de alunos surdos com base no ensino de literatura. Sendo assim, os objetivos assumem uma perspec-

tiva exploratória. Dessa forma, os procedimentos técnicos para a elaboração dos dados usados na pesquisa serão apoiados a partir da leitura de livros e artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A surdez é o nome que se dá para a impossibilidade de ouvir, segundo o Ministério da Saúde. Fernandes (2003) usa uma linguagem metafórica ao associar a surdez a um país cuja história é escrita e se constrói de geração em geração. Esse discurso promove uma compreensão de que no passado a surdez era pensada numa perspectiva social e pedagógica, logo, entre os anos 1700 e 1800, o sujeito surdo teve o seu processo educacional exitoso, por ter uma educação ofertada em um aspecto visual espacial. Perlin e Strobel (2006) também dizem que a surdez é entendida como uma experiência linguística diferente do ouvinte.

Fernandes (2019), aborda a temática “Diversidade na perda auditiva: conhecer para incluir”, o foco da discussão será em torno das estatísticas sobre uma quantidade acentuada da população brasileira autodeclarada com perda auditiva. Vale salientar que a perda auditiva pode acontecer em diferentes níveis, e afeta as habilidades comunicativas, além da capacidade de socializar-se, impacta a aprendizagem e conseqüentemente o trabalho.

No Brasil, o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sinaliza no censo de 2010 que 5,1% dos brasileiros apresentam algum nível de perda auditiva. Portanto, diante da constatação do grande índice de deficientes auditivos deixados de lado por não apresentarem perdas auditivas severas, e com isso ficam as margens das políticas públicas. É de particular relevância entender que a deficiência não se apresenta de forma homogênea.

A pesquisa de Fernandes (2019), tem como primazia abordar a diversidade das perdas auditivas, como também alguns recursos disponíveis para minimizar os impactos causados pela falta de políticas públicas para incluir pessoas com algum nível de perda auditiva que se encontram excluídos do convívio social.

Segundo Fernandes (2019), o surdo iniciado com letra maiúscula corresponde ao sujeito com perda auditiva e faz parte da comunidade surda e, em seu processo comunicativo, usa como língua-mãe a Libras (Língua Brasileira de Sinais). Sendo assim, esse sujeito valoriza a sua história de vida, a arte, o mundo literário, além disso, requer um processo educativo em uma pedagogia apropriada para o processo ensino-aprendizagem nos moldes do bilinguismo.

A EDUCAÇÃO DO SURDO E O BILINGUISMO

Desde os primórdios, os surdos eram vistos como pessoas que não eram dignas de fazerem parte de instituições de ensino, por serem tidos como incapazes. Com isso, foram-lhes negados os direitos de fazerem parte da sociedade como cidadãos. Contudo, no início do século XVI, surge uma permissão para começar a instrução escolar de surdos, porém esse ensino começou a ser pensado através do método do oralismo, e isso por meio da compreensão da língua oralizada. Esse ponto de vista ainda era reflexo da visão que se tinha a respeito de como a concepção da linguagem era concebida.

A natureza da linguagem humana é analisada do ponto de vista de Aristóteles como um suporte biológico da função linguística, estando estritamente ligada à fala como um som ouvido. Assim sendo, o som é a condição para a linguagem, mas não é a linguagem. Partindo desse princípio, foi que se começou a pensar em como se daria a educação do surdo por meio de normalizá-los, ou seja, fazendo os surdos oralizarem.

Para Soares (2005), desde o início da idade moderna, os surdos eram focos da medicina e da religião, pois a surdez era vista como uma anomalia orgânica. Na Itália, destacou-se o pesquisador Girolamo Cardano (1501–1576), estudioso que se dedicou no estudo da fisiologia do ouvido. Com base nos estudos de Cardano, Soares (2005) diz que a escrita poderia representar ideias do pensamento e, por isso, a mudez não se constituía em impedimento para o surdo deter a capacidade de aprender o conhecimento. Com isso, a escrita, sendo representante do som da fala, então seria o meio pelo qual o surdo seria introduzido no universo do conhecimento.

Muitos foram os estudiosos que se dedicaram a estudar como deveria ocorrer a educação do surdo, e essa discussão ficou ainda mais incisiva no congresso de Milão ocorrido no ano de 1880. Esse episódio marcou a história dos surdos, que dividiu a história em antes e depois do congresso. A história da educação dos surdos foi caracterizada por etapas de grandes mudanças, isso deu-se, porque as decisões tomadas sobre como se daria o seu processo de ensino-aprendizagem não foi consultada pelos surdos, excluindo totalmente o surdo de participar das tomadas de decisões que decidiria sobre o seu futuro.

Ademais, antes do congresso de Milão, não havia uma metodologia imposta para formatar a educação do surdo, pois a educação era efetivada por meio de dois métodos que são: o método francês gestualismo e o método ale-

mão oralismo. Já no Brasil Strobel (2009), expõe que 1857 no Rio de Janeiro foi fundada o instituto de surdo, que hoje é conhecido por Instituto de Educação de Surdos — INES, conquanto isso colocou o Brasil um passo afrente dos demais países, pois no instituto era permitido que a educação dos surdos pudesse ser efetivada por meio do uso dos sinais e com isso a comunidade surda ia sendo cada dia mais, consolidada.

A partir das decisões tomadas no congresso de Milão, a educação de surdo no mundo sofreu os maiores revezes, e no Brasil não foi diferente, ao sofrer um retrocesso, ao proibir o uso da Língua de Sinais no processo de ensino e aprendizagem dos surdos. E com isso introduziram o método do oralismo, essa decisão foi tomada por ouvintes que participaram do congresso de Milão, sem o consentimento de surdos ou qualquer membro da comunidade surda. As resoluções tomadas no congresso autorizavam os educadores a algemarem os surdos que não queriam se submeter ao método do oralismo, conforme Gesser (2009), e com isso tinham suas mãos amarradas para não usarem os sinais no processo de comunicação, tentativa essa de os normalizar.

Muito se tem falado sobre a história da educação de surdos ao longo dos tempos, e as mudanças foram ocorrendo gradativamente, principalmente em se falando de políticas públicas, e isso foi ocorrendo por meio da implementação de instituições especializadas de ensino. Muitos conflitos surgiram ao longo da história da educação de surdos, esses conflitos culminaram em muitas práticas educacionais, com destaque para três em especial: metodologia do oralismo, bimodalismo e bilinguismo.

Segundo Fernandes (2003), a educação bilíngue configura-se em práticas linguístico-discursivas direcionada para a construção de um novo ponto de vista, essa nova metodologia impõe aos educadores um novo modelo de ensino aprendizagem. Enfim, é bem verdade que esse caminho não foi trilhado por todos, porém, é o caminho que pode oportunizar os surdos com um ensino significativo para a inserção dos mesmos no convívio da sociedade.

Partindo do pressuposto de que o aluno surdo aprende a partir de uma perspectiva visual/espacial, vale elucidar que o processo ensino-aprendizagem deve ocorrer nos moldes do bilinguismo.

O movimento surdo vem há bastante tempo reivindicando o direito a uma escola específica, uma vez que as pesquisas vêm demonstrando o percurso adequado para o processo ensino-aprendizagem do surdo, em uma perspectiva bilíngue. Para Darde (2018), nesses últimos anos, os sujeitos surdos têm lutado

pelo direito a uma escola bilíngue, numa visão inclusiva, e com isso ocorre uma série de mudanças desejáveis.

Veja o que Darde (2018, p.98), diz sobre o bilinguismo, é um movimento educacional que “surgiu a partir de discussões de linguistas em relação à língua de sinais”. Deu-se início por meio do descontentamento do surdo diante da proibição da língua de sinais e a mobilização de muitas comunidades surdas, familiares e educadores ao longo da história, reivindicado o direito a uma escola que atendesse as necessidades educacionais de cada sujeito numa educação emancipatória e inclusiva.

Diante do cenário elucidado, sabe-se que a aquisição da língua mãe do surdo, a qual é a Libras, dá-se por meio de uma pedagogia visual. Porém, a construção da aprendizagem do surdo não pode ser pensada apenas do ponto de vista monolíngue e sim bilíngue, quando o ensino é ministrado por meio da instrução no arcabouço da Libras como L1 e Língua Portuguesa como L2, isso se tratando de surdo brasileiro. Darde (2018) revela que o desenvolvimento da língua materna do surdo constitui-se em um fator primordial para a aprendizagem da segunda língua, o português. Além disso, as crianças apresentam um maior potencial linguístico para o desenvolvimento da língua. E por fim, essa concepção deve ser observada para desconstruir visões que falem a respeito do desenvolvimento da criança no passado. Pois, a criança surda é um sujeito que se constitui por meio da interação social, em que a comunicação ocorre tanto por meio da língua escrita quanto pela língua de sinais.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

Para se delinear o trajeto teórico sobre as políticas que garantem a inclusão da pessoa com deficiência em todas as esferas da sociedade brasileira, incluindo a pessoa com surdez, cabe citar a Constituição Federal no artigo 205 que diz: “A educação é direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade[...]”, ainda no artigo 208 e inciso III o texto constitucional apregoa que o atendimento educacional da pessoa com deficiência deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino. Diante do exposto, fica claro a obrigatoriedade e garantia de uma educação para todos, e isso, independentemente de qualquer diferença que os brasileiros possam apresentar.

Além da lei máxima, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), que em seu artigo 4º e inciso III afirma que é obrigação do estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Os documentos citados apresentam pontos de vista coerentes que asseguram o direito a uma educação inclusiva e ofertada obrigatoriamente na rede de ensino básico.

A inclusão de alunos surdos é regida por documentos oficiais, assim como pela Lei n.º 10.436/2002), a lei em questão reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como uma das línguas oficiais do país. A utilização da Língua Brasileira de Sinais como língua do surdo brasileiro constitui-se como uma ferramenta de inclusão, conforme regulamenta o Decreto de 2005, documento este que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda no país.

No presente, há muitas mudanças no que se referem à educação inclusiva, e isso devem-se as inquietações vivenciadas pelos familiares e profissionais da área que entenderam, que mesmo o indivíduo apresentando algum tipo de deficiência, ainda assim, apresenta potencial para desenvolver aprendizagem significativa. Sendo assim, o potencial deva ser estimulado por meio de práticas coerentes e eficazes, ou seja, a escola deve conseguir promover uma educação emancipatória considerando alguns critérios como: abordagem dos conteúdos, metodologias adequadas as necessidades de aprendizagens dos alunos, além de diferentes recursos que contemple a aprendizagem de cada sujeito e mais precisamente dos alunos com surdez que aprende na perspectiva visual e espacial.

Outro documento que define o modelo de inclusão são as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que citam como direito de todos:

“[...] do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida” (Brasil, 2001, p. 20).

Como bem assinala o documento, fica evidente que a garantia do acesso ao processo de inclusão de alunos surdos e das demais especialidades devem ser de conhecimento de todos que convivem em uma mesma sociedade, e mais

precisamente daqueles que fazem parte dos espaços educacionais. Para que o acolhimento dos alunos com algum tipo de deficiência seja coeso, não devido à sua deficiência, mas porque são seres humanos e como tais têm direitos de serem vistos sem nenhuma distinção mesmo apresentando algum tipo de limitação.

Ademais, cabe aqui salientar a contribuição do PNE (Plano Nacional de Educação) que prediz sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente regular de ensino, como um dever do estado em parceria com a sociedade. O PNE de 2014, constituído de muitas metas e uma delas, pode ser destacada a de n.º 4, cuja redação diz:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (Brasil, 2014)

A meta é bastante incisiva ao afirmar que a garantia do direito à educação de pessoas com deficiência deva ser efetivada de preferência na rede regular de ensino, esse tem sido um grande entrave que vem sendo superado a cada dia. Com isso, surgem visões otimistas, que apontam posicionamentos favoráveis, pois se acredita na inclusão de pessoas com deficiência nos ambientes de ensino, quando realizado de forma que prime pelo acesso e permanência desses sujeitos, pode provocar grandes melhorias para todos.

PAPEL DO PROFESSOR COMO FACILITADOR DE UM ENSINO MEDIADO PELA LITERATURA

O letramento literário constitui-se em uma prática que envolve a interrelação entre leitor e texto literário, assim sendo, deve ser uma prática cultivada desde a educação infantil até o ensino médio. Diante do exposto, o ambiente favorável para que esse processo seja implementado é o espaço escolar. Ainda, o principal foco desse tipo de letramento é a construção de diferentes habilidades desenvolvidas por meio das leituras e prática da escrita realizadas no espaço escolar e familiar.

A literatura constitui-se em uma ferramenta de suma importância para o processo ensino-aprendizagem, veja o que Barroso tece sobre a literatura como

mecanismo indispensável para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa. Além de situar o apreço dos professores por serem conhecedores da importância e implementação da leitura de textos literários, por meio de práticas coerentes com os ideários de uma escola formadora de pessoas críticas e reflexivas.

A literatura é indispensável na escola por ser o meio necessário para que a criança compreenda o que acontece ao seu redor, seja capaz de interpretar diferentes situações e escolher caminhos com os quais se identifica. No entanto, muitos professores desconhecem a importância da leitura e da literatura e resume sua prática pedagógica, muitas vezes, em textos repetitivos com exercícios dirigidos e mecânicos, nos quais o espaço de reflexão sobre si e sobre o mundo raramente encontra lugar. Desse modo, é necessário que dentro do ambiente escolar o professor crie situações em que o aluno seja capaz de realizar sua própria leitura, ainda que de forma não convencional, desenvolvendo uma forma crítica de pensar. (Barros, 2013, p.45)

O papel do professor corresponde ao de facilitador, tendo em vista isto, o fascínio do aluno pela literatura deva ser uma das incumbências do docente, em estimular, por meio de incentivo diário, cada discente por leituras de textos que os encantem. Há diversas formas de o educador implementar o gosto pela leitura de texto literário no contexto de aprendizagem de seus aprendizes, e isso deve ocorrer numa gestão parceira e democrática.

Sobre esse viés, Lindozo, Guimarães e Carvalho (2021) afirmam que o texto literário corresponde a um recurso pedagógico, que deve ser elencado no planejamento com o intuito de orientar propostas de aprendizagens inovadoras. Para tanto, esse cenário deve ser organizado visando explorar a parte criativa, o imaginário, a autonomia, a participação e o desenvolvimento integral de cada sujeito aprendente.

As autoras, ainda, destacam a importância da formação do professor na perspectiva lúdica, de maneira que relacione as diferentes situações vividas no contexto de sala de aula mediada por meio do texto literário. Com isso, é necessário que o educador, bem como o aluno, aprenda a partir de uma perspectiva de metodologias promotoras da aprendizagem significativa mediada pela discussão e debate de textos literários.

Para tanto, cabe salientar algumas estratégias para que essa prática se torne em algo evidente e notório. Bem como, a inserção da leitura desde a pri-

meira etapa da educação básica, planejamento de atividades interdisciplinares, promover atividades variadas permeadas dos mais diversos gêneros textuais, o acompanhamento das atividades em sala aula pelo professor com direcionamentos de horizontes por meio da leitura. Além de promover o acesso a livros físicos ou virtuais, e o debate sobre leituras sugeridas dentro de cada contexto social preestabelecido.

A CONTRIBUIÇÃO DA LITERATURA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS SOCIAIS LETRADAS

O termo literatura vem do Latim e significa arte de escrever, existem controvérsias sobre o conceito de literatura ao longo da história. Ainda na sua ideia primitiva, o termo servia para designar o ensino das letras ou o que hoje chama-se de gramática ou filologia. Além disso, foi agregando outros conceitos como arte das belas-artes, até chegar atualmente ao termo arte literária.

Segundo o dicionário de Literatura Massad Moisés :

Este conceito, que ainda não escapa de privilegiar como essência da literatura uma qualidade (a transmissão de uma experiência), implica a ideia de conhecimento: a arte literária constitui um tipo de conhecimento, distinto dos demais signos empregado. Para bem compreender a proposta, torna-se imperioso abrir parêntese acerca do signo, ou sinal: de modo esquemático, de resto imposto pelos limites de um verbete, pode-se, dividi-lo em duas chaves de categorias, conforme a sua natureza e sua valência: signos verbais e signos não-verbais; signos unívocos e signos polívocos (Massad Moisés,2004, p.268).

Partindo do pressuposto acima, a literatura se vale de uma capacidade imperiosa que é a de transmitir experiências, vale questionar sobre o objetivo da literatura a partir de sua contribuição para o processo ensino/aprendizagem de alunos mais críticos e sem qualquer alienação. É muito importante pensar a literatura do ponto de vista da atualidade como a instituição que tornará o processo de letramento na vida dos alunos, independente de ter ou não algum tipo de deficiência. Para tanto, vale ressaltar que o ensino da literatura correlaciona-se a uma ferramenta de inclusão social de alunos surdos ao fornecer subsídios necessários para uma aprendizagem equitativa que contempla todos os sujeitos da aprendizagem.

Ao associar o termo escola e literatura, não se pode deixar de destacar a grande importância dessa associação para a aquisição de habilidades e competências linguísticas discursivas. Isso se deve ao fato da escola ser responsabilizada por ser promotora do letramento das pessoas que vivem em uma dada sociedade. Além disso, a escola é responsável por tornar o letramento uma realidade social.

Garcia (2019), destaca que o letramento literário se encontra como uma competência ameaçada de extinção, isso se deve ao fato da desconexão nas escolas, e isso se constata pelas observações realizadas ao longo da história sobre a falta de formação da comunidade escolar. Isso torna-se evidente a partir do formato no qual o ensino de literatura vem sendo pensado, sendo a partir de repetição de escrita e não o diálogo sobre a possibilidade de configurar-se em um ensino baseado em troca de experiência.

Ademais, o ensino da literatura tem sido motivo de controvérsia, pelo fato de ser fomentado nos moldes da “memorização de características como padrões do gênero literário, elementos de estilo, contextos históricos e dados sobre a vida e obra de autores considerados representativos (Garcia, 2019, p.7)”. Com base na declaração, fica claro que o método usado nas escolas não é o mais coerente, e essa abordagem firma-se no pensamento regido por normas e convenções fixas que precisam ser trocados, tendo em vista que a demanda social tem mudado e, diante disso, a escola precisa também mudar.

Diante dos fatos, fica evidente que são grandes os desafios no que desrespeita a garantia de um ensino pautado no letramento literário de pessoas ouvintes, e isso fica mais latente em se tratando do ensino de surdos, que já sofre perdas de diferentes ordens. Contudo, esse panorama de dificuldade não deve ser visto apenas do ponto de vista da impossibilidade, porém como um desafio que deve ser superado.

Em virtude dessa mudança de paradigma, a escola deve capacitar cada estudante, dentro de sua capacidade de aprender, a tornarem-se leitores capazes de ler os mais diversos textos e isso deve ser uma prática diária, e em todas as modalidades, abrangendo todos os educandos. A escola deve propiciar o aprimoramento de competências subjetivas que se constituem de grande importância, no que se refere ao enfrentamento de problemas e dificuldades que tendem a surgir no cotidiano dos sujeitos, em se tratando de saberes práticos. E por fim, a educação de surdo deve ser efetivada por meio de diálogo entre

literatura e práticas de ensino moldado por um letramento literário eficiente, ou seja, como uma ferramenta de práticas educativas e emancipatórias.

LITERATURA COMO RECURSO FACILITADOR DA LEITURA E ESCRITA DE SURDOS

A literatura é muito abrangente para ser definida, em síntese, Coelho (2000) afirma que a temática se constitui na mais importante das artes para a formação do indivíduo do ponto de vista social. Isso fica evidente, por ser a área do conhecimento que tem a palavra como sua principal matéria, gerando a aquisição das habilidades leitoras que se correlatam em uma das atividades mais importantes na vida de um sujeito que precisa conviver em sociedade. E, para tanto, precisa dominar a escrita e a leitura de maneira crítica e ativa.

Cabe na discussão a abordagem de como ocorre a aquisição da leitura e escrita de maneira efetiva, visto que, não se trata de uma tarefa muito fácil. Para tanto, faz-se necessário apresentar a contribuição de Soares e Datrino (2017), quando afirmam que o letramento se efetiva por meio da imersão do aluno no âmbito das letras, e isso o levará a cristalizar hábitos e a pretensão pela leitura. Com isso, o processo de leitura será uma ação que irá além da mera decodificação de palavras. Assim sendo, o estudante encontra na leitura um fascínio que o mobilize cada vez mais para o mundo promissor de um conhecimento efetivo e contínuo.

A escola é um espaço privilegiado para a formação da pessoa do ponto de vista social, com base nesse argumento, Coelho (2000) reitera que nesse espaço devem ser privilegiados os estudos literários. Sendo assim, a escola garante que o indivíduo terá o direito a uma formação crítica e reflexiva, além de fornecer aos seus aprendizes a capacidade para solucionar problemas que por ventura venham surgir em sua trajetória. Tendo em vista isto, a escola deve propiciar um espaço de interação humana, bem como o desenvolvimento cultural, social e humano de seus estudantes.

Veja o que a BNCC coloca sobre a formação do leitor:

A formação desse leitor-fruidor exige o desenvolvimento de habilidades, a vivência de experiências significativas e aprendizagens que, por um lado, permitam a compreensão dos modos de produção, circulação e recepção das obras e produções culturais e o desvelamento dos interesses e dos conflitos que permeiam suas condições de produção e, por outro lado, garantam a análise dos

14 recursos linguísticos e semióticos necessário à elaboração da experiência estética pretendida (BRASIL, 2018, p. 159)

Segundo a BNCC (2018), o professor e a escola em parceria devem garantir juntos à literatura a formação do leitor-fruidor, essa capacidade permite ao leitor compreender diferentes textos em diferentes níveis. Vale fazer uma ressalva no que deve ser adquirido na etapa do ensino fundamental, etapa essa na qual o aluno tem a interação com o conhecimento por meio das mais diversas experiências nos diversos âmbitos da vida. Diante disso, o professor deve oportunizar em suas aulas momentos de encantamento pelo conhecimento por meio de prática capaz de envolver o sujeito surdo num contexto rico de aquisição de um desenvolvimento intelectual plausível para a inserção social.

Com base no arcabouço da BNCC (2018), o documento pondera a literatura como um direito, que deve ser alinhado ao desenvolvimento do ser humano, potencializando-o a experienciar com as diferenças a compreensão de si e do outro. Para tanto, na argumentação da lei, a experiência, através do acesso à literatura e às artes em geral, potencializa a formação de leitores capazes de compreender diversos textos, demonstrando interesses por determinados autores, estilos, além de nutrir o livre arbítrio por diferentes gêneros.

Logo, a BNCC aconselha o uso de leitura de textos literários, com o intuito de ampliar as experiências culturais dos aprendizes por meio da leitura de clássicos apresentados do ponto de vista da argumentação paralelas aos temas atuais. Com base na exposição da lei federal, sobre o campo artístico literário: “No Ensino Médio, devem ser introduzidos para fruição e conhecimento, ao lado da literatura africana, afro-brasileira, indígena e da literatura contemporânea, obras da tradição literária brasileira e de língua portuguesa (Brasil, 2018, p. 523)”. Enfim, a partir de um contexto educacional, torna-se imperioso que o docente atue como mediador entre as metodologias que forneçam ao surdo ferramentas capazes de o inserir no universo do conhecimento, fornecendo-lhe capacidade de resolver problemas de diferentes ordens.

DESAFIO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LITERATURA NO ENSINO DE SURDO

A educação de surdos tem sido motivo de inquietações teóricas, isso se deve ao fato do aluno surdo aprender na ótica imagética. Contudo, isso não

pode ser um motivo para negligenciar a educação dos mesmos, tendo em vista que o surdo aprende na modalidade visual e espacial. Candido (1995) afirma que o ensino inclusivo e a literatura devam caminhar lado a lado, pois a literatura apresenta um caráter formativo não só na faculdade cognitiva, mas também como uma ferramenta de aprimoramento do surdo enquanto um ser humano.

Contudo, o ensino da Libras deve ser proposto de maneira a ser concomitante ao ensino da literatura na modalidade escrita. Para um efeito mais coeso, o processo educacional do surdo precisa acontecer dentro das mais diferentes experiências de aprendizagens. Tal acontecimento precisa permear as mais diferentes disciplinas, inclusive a literatura, e esta, por sua vez, pode reorientar o modo mais adequado de inclusão do surdo por meio da prática do letramento literário a partir de uma visão inclusiva.

Em vista da argumentação, Candido (1995) afirma que a proposição de um letramento literário empregado na educação inclusiva de surdos é de grande valia. Isso se dá ao fato das inúmeras contribuições que a educação literária pode propiciar de melhorias, em se tratando de um ensino inclusivo. O autor assevera que o ensino da literatura possibilita a criação de uma nova consciência que o possibilite ter uma melhor compreensão de sua natureza e os meios nos quais a particulariza.

Com base nas aferições, o diálogo entre aluno surdo e literatura faz-se necessário ser uma prática pedagógica rotineira. Para tanto, isso deve configurar-se em princípios norteadores, visando a orientação humanista das ações desenvolvidas com base no respeito às diferenças individuais, coletivas e culturais, além de práticas democráticas e inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da dimensão que envolve a temática que é a educação de surdo e o seu potencial de aprendizagem, é coerente afirmar que já é compreendido de todos o que significa ser surdo e a sua condição apresenta um formato de aprender a partir de uma perspectiva visual espacial. Desde os primórdios, que os sujeitos surdos vêm sofrendo a exclusão, pelo fato de as pessoas não compreenderem sobre qual metodologia é adequada ao processo inclusivo do surdo na sociedade vigente, o qual é o bilinguismo.

O processo de inclusão está invólucro às inúmeras políticas educacionais norteadoras de uma prática docente emancipatória. Foi constatado que a prática

docente de ensino-aprendizagem de surdos resulta em uma contribuição significativa, pois propiciar diferentes possibilidades de aprendizagens, com base em metodologias adequadas constatadas como bilinguismo. Diante da exposição, faz-se necessário frisar que o surdo possui todo o potencial para aprender, mas que aprende por meio do plano visual espacial, sendo assim, o bilinguismo configura-se como a ferramenta mais adequada para a construção coerente de aprendizagem do aluno surdo.

Partido do pressuposto que o surdo aprendi a partir da metodologia bilíngue, ou seja, o processo educacional do surdo far-se-á por de duas línguas, a L1 é a Libras e L2 a língua portuguesa, no caso do surdo brasileiro. Dentro dessa perspectiva, fica evidente que o professor possui um papel importantíssimo, tendo em vista que o educador é que tem a função de facilitador da aprendizagem. O papel de facilitador requer habilidades e estratégias orientadas por um fazer docente capaz de integrar o sujeito aprendiz nas mais variadas esferas da sociedade.

A inserção do surdo nas mais variadas vertentes da sociedade ocorrerá com base na potencialidade estimulada por meio de recursos empregados em sua construção enquanto sujeito social. Para tanto, essa construção será significativa quando a literatura for considerada um bem incompreensível, como assinala Candido (1995). O autor abre um preâmbulo para justificar o ponto de vista sobre bem incompreensível, que se trata de um elemento presente no dia a dia por meio da leitura de um poema, de uma piada, romances, entre outros gêneros textuais.

Por fim, cabe ressaltar sobre os recursos facilitadores e a implementação da literatura no processo ensino-aprendizagem do surdo inserido no ambiente regular de ensino. A implementação da literatura em algumas escolas ainda é bastante desafiadora, porém possível e necessário. Em vista da arguição, Candido (1995) afirma que a proposição de um letramento literário empregado na educação inclusiva de surdos é de grande valia. Isso se dá ao fato dos inúmeros apoios que a educação literária pode propiciar de melhorias, em se tratando de um ensino inclusivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto nº. 3.298 (20/12/1999)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%203.298%2C%20DE%2020,prote%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: agosto de 2023

BRASIL. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras**. Brasília, LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Lei_n__10_436__de_24_de_abril_de_2002_15226896225947_7091.pdf. Acesso em: novembro de 2023

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001c.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008.

BARROS, Paula Rúbia Pelloso Duarte. **A contribuição da literatura infantil no processo de aquisição de leitura**. Unisalesiano. São Paulo. 2013.

CANDIDO, Antônio. **O direito à literatura**. In: Vários escritos. 3.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil: teoria, análise e didática**. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2000.

DARDE, Aline Olin Goulart. **Estudantes surdos não falantes da libras e o atendimento educacional especializado: uma análise das políticas públicas de educação inclusiva**, 2018, Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/205381> Acesso em 6/11/2021

FERNADES, S. **Educação bilíngue para surdos: identidades, diferenças, contradições e mistérios.** Tese de Doutorado UFPR 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193718> Acesso em 6/11/2021

FERNANDES, F.S et al. **Diversidade, na perda auditiva: conhecer para incluir.** Revista Científica Multidisciplinar UNIFLU, v. 4 n. 2(2019) Disponível em: <http://www.revistas.uniflu.edu.br:8088/seer/ojs-3.0.2/index.php/multidisciplinar/article/view/235/141> Acesso em:5/11/2021

GARCIA, Mirian Theyla Ribeiro. **Ensino de literatura e alunos surdos: diálogo necessário.** Intinerarius Reflectionis - Revista Eletrônica e Pós-Graduação em Educação. ISSN. 1807-9342 Vol. 15/nº 4/ 2019.

GESSER, Audrey. **LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda.** São Paulo: Parábola, 2009.

LINDOZO, Adriana Soares da Silva; GUIMARÃES, Rosa Maria da Silva; CARVALHO, Marcia Rejane Almeida de. **A Literatura como Aliada no Processo de Ensino/Aprendizagem.** Trabalho de Conclusão de Curso. Gravatá, 2021.

Perlin e Strobel (2006). Piaget (ano). QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos.** Florianópolis, 2009.

SOARES, G. A. P., DATRINO, R. C. As contribuições da literatura infantil na alfabetização e letramento. Revista de Pós-Graduação Multidisciplinar, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 267-276, mar./jun. 2017

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A Educação do Surdo no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2005.